



Evolução da Agroindústria Rural Familiar no Brasil: um olhar para a dimensão econômica

João Jose Passini

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná– Londrina – PR – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8852-1975>

Jefferson Andronio Ramundo Staduto

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Toledo – PR – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1855-1292>

Flávio de Matos Rocha

Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento – Foz do Iguaçu – PR – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3871-424X>

Ana Cecilia Kreter

Instituto de Economia Aplicada – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8878-2240>

Resumo

O objetivo desse artigo é analisar a evolução da agroindústria rural familiar no Brasil entre 2006 e 2017, e, principalmente, do ponto de vista econômico. Foi calculado a contribuição da renda monetária média da agroindústria rural a partir dos dados Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Os resultados mostraram grande queda do número de agroindústrias rurais entre os censos 1995/96 e 2006, seguido de pequena queda entre os censos de 2006 e 2017. Este comportamento foi liderado pela produção da farinha de mandioca e de queijo e requeijão, cuja produção em parte contraiu em razão, respectivamente, da queda no consumo e das regulamentações mais rigorosas. Em 2017 a contribuição média da renda monetária dos produtos transformados foi maior do que várias atividades agrícolas. As políticas públicas são fundamentais para a promoção da agroindústria rural. Conclui-se o processamento de alimentos no Brasil nas agroindústrias rurais familiares é uma importante estratégia de promover o aumento e estabilização da renda do agricultor familiar.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Agricultura familiar. Agroindústria familiar. Brasil.

Evolution of the Family Rural Agroindustry in Brazil: a vision for the economic dimension

Abstract

The objective of this article is to analyze the evolution of the food processing by household farms in Brazil between 2006 and 2017, and, mainly, from an economic point of view. The contribution to the average monetary income of food processing by household farms was calculated based on data from the 2006 and 2017 Agricultural and Livestock Censuses. The results showed a large drop in the number of rural agroindustry between the 1995/96 and

2006 censuses, followed by a small drop between the 2006 censuses. and 2017. This behavior was led by the production of cassava flour and cheese and curd, whose production partly contracted, respectively, due to a drop in consumption and stricter regulations. In 2017, the average contribution to monetary income from processed products was greater than that of several agricultural activities. Public policies are very important for promoting food processing by family farming. It is concluded that food processing by family farming in Brazil is an important strategy for increasing and stabilizing the income of family farmers.

Keywords: Rural development. Household farm. Family agroindustry. Brazil.

Evolución de la Agroindustria Rural Familiar en Brasil: una mirada a la dimensión económica

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar la evolución de las agroindustrias familiares rurales en Brasil entre 2006 y 2017, principalmente desde el punto de vista económico. La contribución al ingreso monetario medio del procesamiento de alimentos por la agricultura familiar se calculó a partir de los datos de los Censos Agropecuarios de 2006 y 2017. Los resultados mostraron una gran caída en el número de agroindustrias rurales entre los censos de 1995/96 y 2006, seguida de una pequeña caída entre los censos de 2006 y 2017. Este comportamiento fue liderado por la producción de harina de mandioca y de queso y requesón, cuya producción se contrajo parcialmente, respectivamente, debido a la caída del consumo y a regulaciones más estrictas. En 2017, la contribución media de los productos procesados a la renta monetaria fue mayor que la de las diversas actividades agrícolas. Las políticas públicas son importantes para promover el procesamiento de alimentos por la agricultura familiar. Se puede concluir que la transformación de alimentos por la agricultura familiar en Brasil es una estrategia importante para aumentar y estabilizar los ingresos de los agricultores familiares.

Palabras clave: Desarrollo rural. Agricultura familiar. Agroindustria familiar. Brasil.

1 Introdução

A baixa inserção dos agricultores familiares nas cadeias produtivas mais dinâmicas, geralmente associados ao comércio internacional contribui para buscar diversificar os seus meios de vida em direção da manutenção e ampliação da renda, bem como da ocupação dos membros da família. Esses agricultores adotam estratégias que extrapolam as atividades agrícolas, como a transformação de produtos agrícolas e pecuários, ou seja, optam por instalar agroindústrias rurais em suas propriedades (PERONDI, 2007; GAZOLLA, NIEDERLE e WAQUIL, 2012; DORIGON e RENK, 2011; FOGUESATTO e MACHADO, 2017; DAMKE *et al.*, 2019; SPANEVELLO, 2019; CONTERATO, STRATE e DICKEL, 2019).

A agroindústria rural familiar é o resultado de um conjunto de operações e tarefas que beneficiam, transformam e processam a produção agrícola e pecuária, que normalmente seguem receitas tradicionais da família ou da comunidade, e procuram agregar valor (MIOR, 1999; GAZZOLA, NIERDERLE e WAQUIL, 2012), cuja produção pode alcançar um preço prêmio em alguns mercados (GAZOLLA e PELEGRINI, 2011). A decisão dos agricultores de ampliar a produção para consumo doméstico numa escala comercial pode tornar esse processo independente das atividades agrícolas e pecuárias, por meio de jornadas de trabalho e rotinas diferenciadas (GRAZIANO da SILVA, DEL GROSSI e CAMPANHOLA, 2002). Normalmente, a matéria-prima tende a ser inicialmente oriunda da propriedade rural, entretanto, quando ocorre ganhos de escala, podem levar os agricultores a adquirir

matéria-prima de outros produtores, conseqüentemente, pode ter impacto sobre as suas comunidades rurais (GRAZIANO da SILVA, DEL GROSSI e CAMPANHOLA, 2002; SCHNEIDER, 2007; DOS SANTOS e GUARNIERI, 2021).

O embrião dessas unidades de transformação normalmente estava presente na rotina das atividades das famílias rurais, com a finalidade de conservação de alimentos, valorização da produção excedente ou como cultura culinária, isto é, sempre constituíram uma tradição do meio rural (MIOR, 2005; DORIGON e RENK, 2011). As agroindústrias rurais sempre fizeram parte do cotidiano dos agricultores brasileiros e não desapareceram com os avanços do processo de modernização da agricultura. A agroindústria familiar cumpre diferentes papéis, tais como, o resgate de saberes locais e da cultura étnica, como também reestabelecer o vínculo do rural com o urbano. Os consumidores valorizam os produtos com identidade artesanal, diferenciados, de qualidade e com atributos que os aproximam da ruralidade (MIOR, 2005; DORIGON e RENK, 2011; DAMKE *et al.*, 2019).

O objetivo desse artigo foi de analisar a evolução da agroindústria rural familiar e, principalmente, do ponto vista da dimensão econômica entre os Censos Agropecuários 2006 e 2017. Adicionalmente, foram levantamentos os mais expressivos programas estaduais e nacionais de incentivo e desenvolvimento da agroindústria rural, cuja análise contribui para as análises da dinâmica e da dimensão desta atividade rural e, principalmente, o papel das políticas públicas para a sua promoção.

2 Agroindústria Rural Familiar no Brasil

O processo de modernização agrícola avançou no Brasil por meio de várias políticas setoriais as quais foram funcionais em aumentar a produção e a produtividade da agropecuária, principalmente nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, o Centro-Sul. Enquanto, nas regiões mais pobres, como o Nordeste e o Norte, este processo foi menos intenso, bem como para os produtores de pequena escala (FREITAS, BACHA e FOSSATTI, 2007; DE AQUINO e DO NASCIMENTO, 2020). O bem-estar das populações e o seu desenvolvimento social e econômico deveria ser o resultado natural da introdução de novos padrões tecnológicos que acarretou aumentos da produção e da produtividade, porém, não houve a elevação da renda para grande parcela dos produtores rurais de pequena escala (DA SILVA, AMARANTE e AMARANTE, 2022).

No início da década de 1990, foram identificadas transformações no meio rural brasileiro, que se tornou em um espaço de atividades variadas, baseadas em relações sociais entre vários atores diferentes. Novos desafios e possibilidades para o seu desenvolvimento inseridos nos projetos de desenvolvimento das áreas rurais, como a geração de atividades econômicas não agrícolas, como o agroturismo, a produção de especialidades regionais, o processo de comercialização direta, o artesanato, entre outras (GRAZIANO DA SILVA, DEL GROSSI e CAMPANHOLA, 2002; DE AQUINO e DO NASCIMENTO, 2020; NASCIMENTO, AQUINO e DELGROSSI, 2021).

A busca por complementação de renda fez surgir uma miríade de opções de atividades não necessariamente agrícolas. A transformação e o beneficiamento de produtos agrícolas fazem da agroindústria rural familiar uma das diversas atividades não agrícolas com potencial para promover o desenvolvimento rural e, sobretudo, por

possibilitar a sustentabilidade dos agricultores familiares (LOBÃO e STADUTO, 2018; ANES, DEPONTI e AREND, 2018; ESAU e DEPONTI, 2020; BESEN, et al., 2021).

O IBGE (2016) considera as agroindústrias familiares como uma das modalidades de agroindústria rural. Esta é definida como um conjunto de atividades de transformação e beneficiamento de produtos oriundos da agropecuária (origem animal ou vegetal), que independe do tamanho do estabelecimento, da sua característica familiar ou patronal, do volume processado e da destinação do produto (autoconsumo ou comercialização). Importante salientar que as atividades citadas são realizadas pelos produtores rurais em suas instalações, instalações comunitárias ou de terceiros. As matérias-primas podem ser produzidas no estabelecimento agropecuário ou adquiridas de outros produtores.

A agroindústria rural familiar é uma estratégia de promoção do desenvolvimento dos produtores familiares, por meio da transformação de matéria-prima oriunda da produção agrícola em produtos típicos ou diferenciados, permitindo a inserção desses agricultores no mercado e viabilizando seus empreendimentos a partir de produtos com maior valor agregado, e podem alcançar um preço prêmio (AMORIM e STADUTO, 2008; GAZOLLA e PELEGRINI, 2011; KASMIN, PASSINI e BOICO, 2019; SPANEVELLO, et al., 2019). Mior (2005, p. 191) considera a agroindústria rural familiar como sendo “uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”. Além disso, de acordo com Wesz Junior (2010) e Grisa e Schneider (2015), essa atividade promove uma economia local, pois permite a retenção de recursos no meio rural, dando escala ao valor agregado que os agricultores obtêm a partir das trocas com outros parceiros locais.

O processamento de alimentos, que já ocorriam na cozinha das famílias rurais brasileiras como parte de sua tradição, cardápio culinário e gastronômico, passam a serem valorizados para a formação de renda (MIOR, 2005). A agroindustrialização da produção rural não representa uma novidade para os produtores familiares, muito menos para as mulheres agricultoras. Elas já transformavam alimentos, sendo que boa parte dos conhecimentos era da tradição familiar e da cultura dos agricultores. O processamento dos alimentos que estava na cozinha das propriedades, espaço reservado para as mulheres, quando aumentou de escala alcançou outro status econômico e social, de atividade reprodutiva para atividade produtiva, as quais contribuíram para as famílias agrícolas tornarem-se pluriativas ou mesmo não agrícolas (AMORIM e STADUTO, 2008).

Segundo Dorigon e Renk (2011), a instalação de agroindustriais rurais são um resgate cultural alimentar e territorial que permitiu aproximar consumidores e agricultores a partir de produtos associados à qualidade, saúde e natureza. Além disso, permitiu estabelecer um resgate à memória afetiva ao território e à cultura alimentar. Na compra de determinado produto, esse consumidor tem a sensação de estar comprando parte da tradição local.

A agroindústria rural familiar é uma forma de pluriatividade resultante de um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida, em parte ou na totalidade, fora da propriedade, cujo destino é a comercialização. A expansão deste tipo de produção dentro da estrutura

familiar, pode torná-la uma atividade independente, representando por novas jornadas de trabalho e rotinas diferenciadas (GRAZIANO DA SILVA, DEL GROSSI e CAMPANHOLA, 2002; SCHNEIDER, 2007).

A literatura aponta para uma gama variada de tipos de agroindústrias, assim como, diferentes razões para sua instalação. Kiyota *et al.* (2014) compararam a estratégia de agregação de valor no meio rural por meio das agroindústrias em unidades familiares do Sul e do Nordeste do Brasil. Os resultados dessa pesquisa mostraram que no Sul como no Nordeste os agricultores buscavam por renda complementar para diminuir a dependência da produção de *commodities*. Ambas as regiões os produtores apresentavam estratégia semelhante de reprodução social. Foguesatto e Machado (2017) estudaram o Rio Grande do Sul, também encontram como principal razão da implantação das agroindústrias foi a busca de ampliação da renda das famílias.

A agregação de valor pelas agroindústrias é uma importante estratégia de desenvolvimento rural, pois o controle dos principais elos da cadeia produtiva está sob o comando dos agricultores – produção de matérias-primas, processamento, gestão das unidades, comercialização direta, entre outros (PERONDI, 2007). De acordo com Perondi (2007) o consumo intermediário da atividade de transformação de produtos na agricultura familiar, nos sistemas de produção diversificado no Sudoeste do Paraná, foi de cerca de 8%, sendo menor do que produção de animais em grande escala era cerca de 50%, e muito menor em relação aos sistemas de monocultura de produção de grãos (soja e milho) que era cerca de 70%.

Diversos aspectos podem ser elencados como características de agroindústrias familiares: i) a propriedade e a gestão do negócio são realizadas pela unidade familiar ou por grupos coletivos de famílias; ii) estão localizadas, predominantemente, no espaço rural; iii) a escala de processamento dos alimentos é pequena, utilizando tecnologias adequadas a essa escala produtiva; iv) majoritariamente utilizam-se de processos artesanais; v) mão de obra é, predominantemente, familiar principalmente das mulheres; vi) produção das matérias-primas é familiar ou comprada na localidade, em pequenas quantidades, de vizinhos e outros agricultores locais; vii) muitas vezes organizam-se em redes de atores coletivos para superar entraves diversos, sobretudo de comercialização; viii) regulamentação diferenciada para empreendimentos de pequena escala em estabelecimentos rurais; e ix) é um sistema descentralizado de agroindustrialização, cujos empreendimentos encontravam-se pulverizados nos diferentes espaços rurais (MIOR, 2005; AMORIM e STADUTO, 2008; PASSINI, 2020).

3 Política e Programas para a Agroindústria Rural Familiar

No final dos anos de 1990 foram disponibilizadas duas modalidades de linhas de crédito para promover para promoção da agregação de valor da produção agrícola e pecuária por meio da agroindustrialização, de certa forma reconhecendo como estratégia de desenvolvimento da agricultura familiar. A primeira modalidade foi o Pronaf-Agroindústria, em 1998, com linha de crédito para investimentos de promoção à agroindustrialização e comercialização da produção em unidades coletivas da agricultura familiar. O segundo, em 1999, foi o Pronaf-Agregar (Pronaf Agregação de Renda à Atividade Rural), criado pelo Banco do Brasil. Este apresentava também linha

de financiamento para agricultores individuais (FERNANDES FILHO e CAMPOS, 2003; WESZ JUNIOR, 2012).

Em 2003 foram realizadas duas alterações importantes nestas linhas de crédito: a) a unificação das duas linhas de crédito, que permitiu o financiamento tanto de unidades individuais quanto coletivas, passando a ser denominada Pronaf-Agroindústria; e b) a criação do Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar. Essas medidas foram combinadas com as estratégias de crédito, capacitação, desenvolvimento e adaptação tecnológica, acesso a mercado e adequação da legislação (WESZ JUNIOR, 2012).

O Pronaf-Agroindústria foi uma linha de investimento federal determinante para o financiamento de agroindústrias rurais aos agricultores, tanto na modalidade individual (pessoa física) quanto coletiva (pessoa jurídica, como cooperativas). Havia linhas de créditos investimentos em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização dos produtos da unidade de produção familiar, incluindo, também, produtos da biodiversidade (extrativista e de produtos florestais), como atividades não agrícolas como o artesanato e para apoio à exploração de turismo rural (WESZ JUNIOR, 2010; ALVES, 2014).

As ações do governo federal foram seguidas e complementadas por alguns estados brasileiros. Eles criaram programas que incentivavam a instalação ou melhoria de agroindústrias familiares em seus estados, aplicando um leque de finalidades e estratégias diferentes. No Quadro 1 mostra os sete programas estaduais e um distrital implantadas no período de 1995 a 2010, distribuídos nas regiões Sul (RS, SC e PR), Centro-Oeste (DF, MS e MT) e Sudeste (RJ e MG), sendo que nas regiões Norte e Nordeste não foram encontrados programas dessa natureza.

Quadro 1 – Programas estaduais de agroindustrialização para agricultura familiar brasileira

Nome do Programa	Sigla	Estado Anos de atuação
Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola	PROVE	DF 1995-1998
Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária	PROVE PANTANAL	MS 1999 – 2006
Programa da Agroindústria Familiar	PAF	RS 1999 – 2002
Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar pela Verticalização da Produção	DESENVOLVER	SC 1998 – 2001
Programa da Agroindústria Familiar Fábrica do Agricultor	FÁBRICA DO AGRICULTOR	PR 1999 – 2010
Programa Social de Promoção de Emprego e Renda na Atividade Rural	PROSPERAR	RJ 2002 – 2010
Programa de Apoio à Agregação de Valor e Desenvolvimento Rural	PROVEMAI	MT 2003 – 2010
Programa de Desenvolvimento da Agroindústria Artesanal de Alimentos e do Artesanato Rural	MINAS ARTESANAL	MG 2006 – 2010

Fonte: Fernandes Filho e Campos (2003); Wesz Junior (2012); Damke et al. (2019). Elaboração dos autores.

Os programas estaduais procuraram atender seus objetivos e metas dentro das características próprias de cada estado e governo. Importante destacar que foram iniciativas estaduais sem uma orientação nacional. Os resultados e impactos observados ao longo do tempo resultaram do esforço, da experiência e dos recursos que cada programa investiu. O Quadro 2 apresenta um breve resumo dos programas, com suas principais características, diferenças e resultados.

A oferta de crédito foi o instrumento de política estavam presente em todos os programas estaduais. Alguns estados criaram linhas próprias e complementares ao Pronaf-Agroindústria, com destaque para o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro que conseguiram associar as diferentes fontes de recursos para gerar os benefícios esperados em as estratégias desses respectivos programas.

A capacitação de agricultores e técnicos foi um instrumento presente em sete dos oito programas estaduais. Isso mostra sua importância, sobretudo porque está vinculado ao assessoramento técnico, que permite preparar e acompanhar os beneficiários na implementação das estratégias do negócio e das tecnologias propostas.

Os programas de apoio à comercialização dos produtos e o acesso ao mercado foram muito importantes para fomentar o desenvolvimento da agroindústria rural. A principal ação foi focada na disponibilização de espaços para a venda dos produtos, aliou-se a disponibilização de selo de identificação das mercadorias. Iniciativa inovadora elaborada pelo Prosperar do estado do Rio de Janeiro previa a criação de um crédito de 7%, proveniente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para os estabelecimentos comerciais que compravam produtos dos beneficiários do Programa, aumentando a competitividade dos produtores.

Várias ações estavam direcionadas às alterações de legislação e ao acompanhamento dos agricultores para a obtenção do registro, as quais foram adotadas por cinco dos oito programas. Um dos destaques foi o programa paranaense, Fábrica do Agricultor, que criou o “kit agilidade”, que agilizou o acesso rápido a legislação e de forma desburocratizada nos diversos órgãos governamentais, o que resultou na redução de tempo de formalização das agroindústrias (PASSINI, 2020).

Quadro 2 – Síntese de programas estaduais brasileiros de fomento a agroindústrias

Programa	Objetivo	Metas	Estratégia	Resultados	Destaque
PROVE	Inserir o pequeno produtor no processo produtivo, agregar valor à produção, aumentar a renda familiar e gerar empregos.	Instalar 330 agroindústrias, gerar 2.400 empregos, envolver mais de 5.000 pessoas.	Oferta de crédito, adequação na legislação, capacitação, acesso ao mercado, disponibilização de tecnologias, infraestrutura.	120 agroindústrias financiadas, R\$873 mil aplicados, 178 famílias beneficiadas, 712 postos de trabalhos criados.	Primeira iniciativa no Brasil
PROVE PANTANAL	Inserir o pequeno produtor no processo produtivo, agregar valor à produção, aumentar a renda e gerar empregos.	Implantar 350 agroindústrias.	Oferta de crédito, adequação na legislação, capacitação, acesso ao mercado, disponibilização de tecnologias, infraestrutura.	175 agroindústrias implantadas, 230 famílias beneficiadas e geração de 620 ocupações.	
PAF	Apoiar agricultores nas atividades de agregação de valor, melhorar a renda e condições de vida, e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico regional.	Atingir cerca de 30.000 famílias com um gasto aproximado de R\$ 120 milhões.	Oferta de crédito, adequação na legislação, capacitação e ATER, apoio a ferramentas de <i>marketing</i> e acesso ao mercado.	800 agroindústrias apoiadas, 2.719 famílias atendidas, R\$ 8,4 milhões executados.	Criação do selo “Sabor Gaúcho”
DESENVOLVER	Fomentar a verticalização da produção rural proveniente da agricultura familiar por meio da criação e consolidação de indústrias rurais de pequeno porte.	Criar 141 e reestruturar 212 agroindústrias, gerar 760 postos de trabalho e implementar o SIM nos municípios envolvidos.	Oferta de crédito, capacitação e ATER, comercialização, criação de tecnologias.	275 agroindústrias assessoradas, 1.000 famílias beneficiadas, e 2.283 postos de trabalhos gerados.	30 máquinas criadas e adaptadas
FÁBRICA DO AGRICULTOR	Agregar valor aos produtos agrícolas pela implantação, modernização ou adequação de agroindústrias, gerando emprego e renda, e inserir os empreendedores no mercado.	Atingir mais de 4 mil agroindústrias familiares em todo o Estado e realizar 120 feiras de divulgação dos produtos.	Oferta de crédito, apoio à legalização, capacitação de agricultores, acesso a mercados.	2.500 agroindústrias apoiadas.	KIT agilidade: legalização de forma inovadora e rápida
PROSPERAR	Aumentar a oferta de postos de trabalho pelo apoio de crédito às agroindústrias e diminuir o índice de informalidade.	Legalizar 720 unidades agroindustriais.	Oferta de crédito, mudança das legislações, acesso ao mercado e capacitação e acompanhamento dos agricultores.	80 agroindústrias familiares beneficiadas (60 financiadas) e 800 agricultores e técnicos treinados.	Crédito de ICMS a comerciantes que adquiram produtos do Programa
PROVEMAIS	Diminuir o êxodo rural e as desigualdades sociais pela criação de agroindústrias familiares.		Oferta de crédito.	21 agroindústrias familiares financiadas e R\$600 mil investidos.	Público: grupos constituídos por lei
MINAS ARTESANAL	Apoiar a geração de renda familiar por meio do incentivo à transformação industrial de alimentos e de artefatos rurais, com característica artesanal.	Apoiar 700 agroindústrias, capacitar 6.500 agricultores e artesãos rurais; formar 500 extensionistas e criar 100 unidades comerciais.	Oferta de crédito, capacitação dos beneficiários e apoio à comercialização dos produtos artesanais.		

Fonte: Fernandes Filho e Campos (2003); Wesz Junior (2012); Damke et al. (2019). Elaborado pelos autores.

Os incentivos à agroindustrialização dos alimentos por meio do processamento e comercialização ainda, em sua maioria, são realizados de forma informal, em razão, principalmente, dos critérios que são impostos nos regulamentos sanitários, por sua vez, geram dificuldades para os produtores rurais. Nos últimos anos houve mudanças favoráveis da legalização para as agroindústrias familiares, entretanto, ainda persistem muitas lacunas e desafios que têm contribuído para a informalidade do setor (OUMA, 2010; CRUZ, 2020; ETGES e KARNOPP, 2020). A capacitação dos dirigentes das agroindústrias de pequenas escalas é fundamental para perceber os níveis de incerteza que cercam atividade (RAASCH, et al., 2020).

Por fim, os programas tiveram, também, outros dois instrumentos, porém de forma mais tímida. Ações nas áreas de desenvolvimento tecnológico e adaptação de máquinas e equipamentos às agroindústrias familiares tendo como financiador o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por intermédio do Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas. E apoio à infraestrutura, usado por apenas dois programas (Prove/DF e Prove/Pantanal), que tinham como público beneficiário agricultores muito descapitalizados.

Wesz Junior (2012) analisou a escolha que os gestores públicos fizeram para definir o público-alvo que os programas atenderiam. Por exemplo, quando o objetivo era a superação da pobreza e a marginalidade, eles tinham como alvo população mais pobre, contava-se com as estratégias de agregação de valor e de verticalização. Por outro lado, alguns governos entendiam que a agroindústria era uma opção para agricultores já mais bem capacitados, baseando as atividades dos programas na oferta de crédito e na ampliação do mercado para seus produtos.

Várias das políticas foram interrompidas pela mudança do gestor público, acarretando descontinuidade de atividades em muitas unidades produtivas ou mesmo o definhamento desses programas (WESZ JUNIOR, 2012). Todavia, muitos estados mantiveram ações por meio de suas instituições oficiais de extensão rural, que incorporaram as atividades de apoio e fomento como programas de empresa (com exceção do crédito), sem necessariamente contarem com políticas ou programas estaduais (DAMKE *et al.*, 2019).

Os programas estudados, resultados de políticas públicas de governo, representaram incentivos e estímulos institucionais importantes para o desenvolvimento das agroindústrias rurais familiares. Contudo, não é possível, apenas pelo levantamento realizado, avaliar se os programas foram capazes de influenciar no crescimento de unidades ou evitar a sua redução. Entretanto de acordo com Prezotto (2002) os programas governamentais são fundamentais para promoção dessa atividade.

4 Metodologia

A metodologia empregada foi quantitativa baseada na análise da estatística descritiva e no cálculo da contribuição da renda monetária média da agroindústria rural (equação 1). Foram realizadas três análises: a) evolução do número total de estabelecimentos com agroindústria; b) distribuição de atividades de agroindústria rural para os produtores familiares por unidade da federação; e c) importância econômica da agroindústria rural para os produtores familiares. As fontes de dado

foram os Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Foram coletados e analisados dados secundários disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática, a partir das tabelas 6960, 6961 e 6906, relacionadas à agroindústria rural.

Aplicamos os procedimentos de Fernandes Filho e Campos (2003) para analisar a importância econômica da agroindústria rural que excluam da análise os seguintes produtos: carne verde de bovinos, café em grão e café torrado e arroz em grão, por considerar que o beneficiamento agregava pouco ao produto, portanto não seriam representativos para a contribuição monetária das agroindústrias rurais.

Outra opção metodológica utilizada por Fernandes Filho e Campos (2003) foi excluir os estabelecimentos maiores de 100 ha, para captar as pequenas propriedades. No período da pesquisa de Fernandes Filho e Campos (2003), Censo Agropecuário 1995/96, não existia lei da agricultura familiar, na qual poderia delimitar melhor estes produtores. Embora para os dois períodos analisados (2006 e 2017) já estavam vigentes a Lei da Agricultura Familiar, no qual descreve os critérios para os produtores serem enquadrados nessa categoria, entretanto, os critérios foram alterados entre Censo Agropecuários de 2006 e 2017, conseqüentemente, alterando o número de produtores familiares (NASCIMENTO, et al., 2023). Portanto, optou-se por aplicar o mesmo critério de Fernandes Filho (2003) de produtores até 100 ha, desta forma, podemos analisar a evolução entre os Censos Agropecuários

O questionário do Censo Agropecuário não permite verificar se os estabelecimentos agropecuários informaram a produção de apenas um produto da agroindústria rural, caso produza mais de um não há registro. Fernandes Filho e Campos (2003) propõe considerar a importância econômica se relacione à contribuição média das atividades da agroindústria rural para a receita monetária¹ do estabelecimento, por meio da contribuição média, analisou-se a receita monetária para cada unidade da federação, a partir da média da diferença entre valores da produção e valores da venda para cada produto da agroindústria rural. Após isso, adotou-se a fórmula da média aritmética da produção (*Map*) é dado pela equação (1):

$$Map = \frac{\sum x.p}{\sum p} \quad (1)$$

Em que:

x é a contribuição média para a renda monetária de cada produto da agroindústria rural nos estabelecimentos com até 100 ha; e

p é o número total de estabelecimentos (até 100 há) por Unidade da Federação.

5 Evolução das Agroindústrias Rurais

Entre os Censos Agropecuários 1995/96 e 2006, a despeito de não serem estritamente comparáveis por conta da mudança metodológica, pois se trata de período de coleta de dados diferentes, o número de estabelecimentos agropecuários teve uma variação positiva de 6,5%. Já entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017

¹ De acordo com Gouveia e Ross (2016) a renda monetária, desconsidera a renda não monetária, por exemplo, a produção para o consumo (que substitui a necessidade de moeda para aquisição de bens e alimentos), executar tarefas domésticos (que evita a contratação e remuneração de terceiros) e trabalhos em mutirão e outros. No artigo estaremos sempre à renda monetária.

houve uma pequena variação negativa de 1,97%. Para este último período igualmente teve mudança metodológica, neste caso foi na definição de estabelecimento agropecuário favoreceu o seu decréscimo (ESTANISLAU et al., 2021).

No entanto, quando se analisa a evolução do número de estabelecimentos com agroindústria familiar rural, observa-se um resultado diferente. A proporção do número desses estabelecimentos entre os censos 1995/96 e 2006 teve queda abrupta de quase 6 pontos percentuais, que refletiu numa acentuada redução no número desses estabelecimentos de 21, 52% nesse período. Já entre os Censos de 2006 e de 2017, a proporção ficou praticamente estabilizada e houve pequena queda no número desses estabelecimentos 1,31%. Esses dados mostram que os programas dos governos federal e estaduais aparentemente não foram efetivos ou insuficientes para a ampliação do número de unidades de transformação.

Entretanto, a avaliação poder ter outro ponto vista, talvez sem estes programas poderia ter tido uma maior redução. De acordo com Prezotto (2002), a sobrevivência das agroindústrias familiares está associada ao apoio de programas governamentais, principalmente para promover assistência técnica e melhorar a gestão do empreendimento. Além disso, as normas mais restritivas para atender as exigências de qualidade, por sua vez, aumentam o custo de produção reduzindo a viabilidade do processamento (NICHELE e WAQUIL, 2011; CRUZ, 2020; SOUZA, 2019; ETGES e KARNOPP, 2020; FREITAS, CORCIOLI e DA CRUZ, 2022). De acordo com OUMA (2010), essas exigências estão sendo em parte induzidas pelas cadeias globais de valor, particularmente pelas grandes empresas de varejo, as quais afetam diretamente a produção e mercados locais.

Tabela 1 – Número totais de estabelecimentos rurais com e sem agroindústrias familiares, Brasil, 1995/96, 2006 e 2017

Censo	Número de estabelecimentos		Participação (%)
	Total	Com agroindústria rural	
1995/96	4.859.855	1.100.838	22,65
2006	5.175.636	863.929	16,69
2017	5.073.324	852.639	16,81

Fonte: Censos Agropecuários de 2006 e 2017 e Fernandes Filho e Campos (2003). Elaborados pelos autores.

As Tabelas 2 e 3 mostram que na região Sul entre 2006 e 2017 registrou o maior decréscimo no número de estabelecimentos com agroindústrias, queda de 34%, seguida pela região Nordeste do Brasil com decréscimo de 11,12%, ambas tiveram redução muito acima da média brasileira (-1,31%). Portanto, a participação dessas regiões reduziu nos dois últimos Censos Agropecuários. Em certa medida estavam na mesma direção da contração do número total dos estabelecimentos agropecuários nestas duas regiões. Por outro lado, as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram crescimento expressivo, com 93,22%, 36,53% e 74,24%, respectivamente, no mesmo sentido houve expansão do número de estabelecimentos agropecuários nestas regiões. As duas regiões como maior população rural tiveram a maior redução de agroindústria rural, conseqüente, houve uma preocupante redução dos espaços econômicos e sociais de diversificação dos seus modos de vida.

Tabela 2 – Número e variação de estabelecimentos totais e de estabelecimentos com a atividades de agroindústria rural, por região do Brasil

Brasil/ Regiões	Estabelecimentos Rurais		Variação (%)	Com agroindústria		Variação (%)
	2006	2017	2006-2017	2006	2017	2006-2017
Brasil	5.175.636	5.073.324	-1,98	863.924	852.639	-1,31
Norte	475.778	580.613	22,03	98.168	189.677	93,22
Nordeste	2.454.060	2.322.719	-5,35	358.244	318.402	-11,12
Sudeste	922.097	969.415	5,13	80.162	109.442	36,53
Sul	1.006.203	853.314	-15,19	309.238	203.560	-34,17
Centro-Oeste	317.498	347.263	9,37	18.112	31.558	74,24

Fonte: Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Elaborados pelos autores.

No Brasil foram oito unidades federativas com taxa foi negativa e dezenove com taxa positiva, mas avançou de forma significativa em pelo menos cinco estados, com taxa de crescimento superior a 150%, principalmente na região Norte, (Amazonas, Roraima, Amapá e Tocantins – Norte; e Rio de Janeiro – Sudeste). Deve-se destacar que em muitas unidades federativas, como a região Norte não registado nenhum programa estadual de fomento dessas agroindústrias, entretanto, apresentaram taxas de crescimento expressiva, como nos casos da maioria dos estados da região Norte. Provavelmente, em parte fomentada por uma demanda crescente dos produtos não madeireiros da floresta amazônica. Destaca-se que houve também grande disparidade entre os estados, por exemplo, desde a variação negativa, como é o caso Rondônia (79,01%) à variação muito positiva de Roraima (3,027%), neste último caso se deve ao baixíssimo número de agroindústrias em 2006.

A média de crescimento para os estados do Centro-Oeste mais o Distrito Federal foi de 72,30%, e na região Sul, apenas Santa Catarina apresentou crescimento, com taxa de 4,38%, os demais estados (Rio Grande Sul e Paraná) tiveram forte contração, provavelmente associado à redução do número de estabelecimento rurais que produziam queijos e requeijão e farinha de mandioca (Tabela 4). Particularmente, como discutido na seção anterior a queda da participação dos produtos lácteos em parte pode estar associado à rigidez das normas e regulamentações.

Pode-se destacar a forte retração da produção das agroindústrias na região Nordeste, cinco dos nove estados tiveram variação negativa similarmente à região Sul deve-se a redução do número de estabelecimentos rurais que produziam, principalmente, farinha de mandioca. Os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE mostram que a aquisição familiar da farinha de mandioca caiu de 7,76 kg per capita/ano em 2002 para 2,33 kg per capita/ano em 2018, forte recuo de 70%. Todas as regiões brasileiras registraram baixa, com destaque para o Nordeste e Norte, com reduções de 75% e de 68%, também entre 2002 e 2018 (FELIPE, 2022).

Tabela 3 – Número e variação de estabelecimentos totais e de estabelecimentos com agroindústria rural totais por estado do Brasil

Brasil/UF's	Estabelecimentos Rurais		Variação (%)	Com agroindústria		Variação (%)
	2006	2017	2006-2017	2006	2017	2006-2017
Brasil	5.175.636	5.073.324	-1,98	863.924	852.639	-1,31
Rondônia	87.078	91.438	5,01	13.623	2.859	-79,01
Acre	29.483	37.356	26,70	10.396	14.831	42,66
Amazonas	66.784	80.959	21,23	17.770	55.592	212,84
Roraima	10.310	16.846	63,39	229	7.161	3.027,07
Pará	222.029	281.699	26,87	51.004	91.913	80,21
Amapá	3.527	8.507	141,20	701	5.203	642,23
Tocantins	56.567	63.808	12,80	4.445	12.118	172,62
Maranhão	287.039	219.765	-23,44	93.526	102.375	9,46
Piauí	245.378	245.601	0,09	61.318	37.484	-38,87
Ceará	381.017	394.330	3,49	40.876	44.570	9,04
Rio Grande do Norte	83.053	63.452	-23,60	2.945	3.506	19,05
Paraíba	167.286	163.218	-2,43	10.031	11.223	11,88
Pernambuco	304.790	281.688	-7,58	19.019	9.531	-49,89
Alagoas	123.332	98.542	-20,10	12.717	10.156	-20,14
Sergipe	100.607	93.275	-7,29	7.528	6.817	-9,44
Bahia	761.558	762.848	0,17	110.284	92.740	-15,91
Minas Gerais	551.621	607.557	10,14	71.996	93.325	29,63
Espírito Santo	84.361	108.014	28,04	2.945	4.929	67,37
Rio de Janeiro	58.493	65.224	11,51	1.192	3.418	186,74
São Paulo	227.622	188.620	-17,13	4.029	7.770	92,85
Paraná	371.063	305.154	-17,76	37.088	24.812	-33,10
Santa Catarina	193.668	183.066	-5,47	36.681	38.286	4,38
Rio Grande do Sul	441.472	365.094	-17,30	235.469	140.462	-40,35
Mato Grosso do Sul	64.864	71.164	9,71	3.526	5.121	45,24
Mato Grosso	112.987	118.679	5,04	4.271	8.088	89,37
Goiás	135.692	152.174	12,15	9.895	17.607	77,94
Distrito Federal	3.955	5.246	32,64	420	742	76,67

Fonte: Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Elaborado pelos autores.

O Estado brasileiro nas esferas municipal, estadual e federal tem espaço importante para implantar programas de desenvolvimento das agroindústrias rurais, pois contribuem na geração de emprego e de renda, assim como na sustentabilidade das unidades de produção agrícolas. Todavia, mesmo para alguns estados brasileiros que não foram alvo de políticas específicas, viu-se o crescimento da atividade de agroindústria rural, o que demonstra que, aliado a políticas públicas, pode-se potencializar os benefícios dessa atividade.

6 Principais Produtos por Unidade da Federação

As Tabelas 4 e 5 mostram os produtos com maior número de estabelecimentos da agricultura familiar com agroindústria rural nos Censo Agropecuários de 1995/96 e 2017, respectivamente. A farinha de mandioca liderou como o produto mais frequente nas agroindústrias rurais em ambos os Censos. Em 2017, de cada quatro estabelecimentos agroindustriais, aproximadamente, um produzia farinha de mandioca. Nesse ano, os maiores produtores de farinha de mandioca foram Pará (75.275 estabelecimentos), Maranhão (68.131 estabelecimentos) e Bahia (58.131 estabelecimentos). Há, também, os estados em que a farinha de mandioca é também o principal produto em quantidade produzida para os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará (maior produtor nacional), Amapá, Tocantins, Maranhão, Ceará e Sergipe.

A produção da farinha de mandioca no Brasil, na sua maioria, é realizada por agricultores familiares em pequenas unidades processadoras, com produção dedicada ao consumo local, expressa a sua importância na dieta e nos hábitos alimentares das regiões Norte e Nordeste (COELHO, 2018). Outro aspecto importante desse produto é o econômico, sendo que em 2017 estima-se a geração de 4 mil empregos diretos no Brasil, com faturamento bruto próximo de 12 bilhões de reais (COELHO, 2018). A porcentagem de produção vendida desse produto foi de 73%, taxa bem inferior se comparada a outros produtos, indicando a importância desse produto para a segurança alimentar e consumo das famílias rurais. Entretanto, nos últimos anos houve redução substancial no consumo da farinha de mandioca (FELIPE, 2022), em parte deve ter contribuído para a contração do volume e número de estabelecimentos com agroindústrias que produziram esse produto, potencialmente pode aumentar a insegurança alimentar das famílias rurais.

Tabela 4 – Principais produtos da indústria rural brasileira e contribuição média para a receita monetária nos estabelecimentos até 100 hectares em 1995-96

Produtos (1)	Estabelecimentos		Quantidade (Tonelada)			Contribuição média (R\$)
	Número (2)	% (3)	Produzida (4)	Vendida (5)	% (5)/(4) (6)	
Farinha de mandioca	653.739	13,45	1.478.979	1.123.292	75,95	592,99
Queijo e requeijão	358.619	7,38	202.262	162.983	80,58	867,91
Embutidos	112.813	2,32	9.477	2.542	26,83	66,79
Polvilho de mandioca	87.910	1,81	40.749	24.399	59,88	140,58
Manteiga	82.568	1,70	6.516	4.126	63,32	73,39
Fubá de milho	75.681	1,56	56.369	5.793	10,28	17,75
Outros produtos	72.278	1,49	74.327	42.166	56,73	194,97
Melado	69.412	1,43	20.682	9.513	46,00	68,07
Rapadura	56.645	1,17	79.267	67.454	85,10	491,05
Couros e peles	48.279	0,99	1.777	1.387	78,03	28,08
Açúcar	31.129	0,64	19.831	16.280	82,09	76,08
Carnes de sol e outras	27.438	0,56	3.622	808	22,30	67,73
Fumo em rolo ou corda	26.356	0,54	18.843	17.379	92,23	1.029,96
Creme de leite	23.064	0,47	6.506	824	12,67	29,22
Aguardente de cana	21.725	0,45	106.980	93.953	87,82	1.793,89
Vinho de uva	19.906	0,41	25.363	10.424	41,10	259,72
Tapioca de mandioca	18.421	0,38	7.297	4.964	68,02	285,48
Geleia de frutas	18.243	0,38	1.217	419	34,39	28,48
Xarope de açaí	16.085	0,33	17.312	208	1,20	6,73
Pasta de frutas	15.663	0,32	4.373	3.073	70,27	119,53
Compotas de frutas	10.304	0,21	1.468	441	30,04	41,92
Doce de leite	7.549	0,16	2.994	2.697	90,07	594,53
Apara de mandioca	6.166	0,13	4.613	1.205	26,13	25,55
Vinagre de uva	5.895	0,12	924	204	22,03	22,95
Coalhada de leite	4.329	0,09	1.243	414	33,33	73,36
Canjica de milho	3.100	0,06	355	56	15,87	6,87
Garapa de cana	2.604	0,05	3.673	2.263	61,61	328,23
Massa de mandioca	2.601	0,05	1.618	1.116	68,99	163,78
Suco de uva	1.852	0,04	360	125	34,74	68,66
Carimã de mandioca	1.814	0,04	1.859	899	48,38	305,38
Tiquira de mandioca	1.568	0,03	990	699	70,60	293,94
Azeite de dendê	1.515	0,03	2.926	2.853	97,48	736,42
Vinho de frutas	1.423	0,03	906	367	40,56	143,24
Canjiquinha de milho	950	0,02	687	18	2,67	4,56
Aguardente de uva	927	0,02	341	48	14,16	54,17
Fubarina de milho	807	0,02	813	520	63,93	155,49
Frutas cristalizadas	699	0,01	336	253	75,47	573,51
Licor de frutas	418	0,01	94	49	51,56	95,44
Álcool de cana	377	0,01	4.865	4.683	96,26	906,52
Vinagre de cana	298	0,01	81	11	13,93	16,28
Aguardente de frutas	275	0,01	107	53	49,77	198,73
Geral						451,58

Fonte: Fernandes Filho e Campos (2003). Adaptado pelos autores.

O segundo produto em números de estabelecimentos é o queijo e o requeijão para os dois Censos Agropecuários, representavam 7,38% em 1995/96 e 11% em 2017. Neste último Censo, entre os estados produtores, destacam-se Minas Gerais (36.084 estabelecimentos), Rio Grande do Sul (31.771 estabelecimentos) e Santa Catarina

(14.874 estabelecimentos). Entre os estados em que o queijo e requeijão são as principais produção são o Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais (maior produtor nacional), Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. A grande queda no número de propriedade que produzem queijo e requeijão entre os Censos pode em parte estar associada ao crescimento das normas que regulamentam o funcionamento dessas agroindústrias (NICHELE e WAQUIL, 2011).

Tabela 5 – Principais produtos da indústria rural brasileira e contribuição média para a receita monetária nos estabelecimentos até 100 hectares em 2017

Produtos (1)	Estabelecimentos		Quantidade (Tonelada)			Contribuição média (R\$)
	Número (2)	% (3)	Produzida (4)	Vendida (5)	% (5)/(4) (6)	
Farinha de mandioca	340.352	23,26	706.752	517.889	73,28	3.573,48
Queijo e requeijão	152.444	11,47	222.652	201.584	90,54	12.715,17
Carne de suínos (verde)	140.600	9,66	37.494	9.961	26,57	579,03
Carne de outros animais	113.749	7,97	29.320	16.842	57,44	928,63
Pães, bolos e biscoitos	69.647	4,72	24.802	9.525	38,4	1.065,76
Goma ou tapioca	68.599	4,67	36.613	25.346	69,23	1.174,80
Doces e geleias	62.235	4,29	15.482	13.253	85,6	1.422,56
Carvão vegetal	54.851	3,78	3.758.128	3.494.677	92,99	7.558,06
Sucos de frutas	50.553	3,46	18.646	8.539	45,8	719,66
Embutidos	43.085	2,94	7.278	4.319	59,34	1.180,94
Outros produtos	36.922	2,55	305.396	185.099	60,61	7.592,74
Polpa de frutas	23.254	1,65	37.132	33.000	88,87	6.050,70
Melado	19.897	1,33	9.539	6.614	69,34	1.536,36
Óleos vegetais	17.394	1,18	4.589	3.369	73,41	721,05
Rapadura	17.338	1,19	22.615	18.695	82,67	3.870,69
Manteiga	10.417	0,75	1.645	1.244	75,62	1.088,32
Aguardente de cana	10.016	0,72	83.409	66.130	79,28	18.337,16
Couros e peles	9.636	0,68	1.389	1.323	95,25	22,99
Legumes e verduras	9.350	0,63	21.649	19.942	92,12	3.929,20
Vinho de uva	7.793	0,53	24.210	14.331	59,19	6.884,64
Fumo em rolo ou corda	7.264	0,48	6.876	2.854	41,51	2.834,39
Fubá de milho	4.960	0,35	35.122	7.372	20,99	2.057,66
Carne tratada	2.718	0,2	450	226	50,22	1.059,60
Produtos de madeira	2.589	0,2	5.935	4.773	80,42	18.121,67
Creme de leite	2.233	0,15	736	534	72,55	1.718,32
Licores	1.545	0,11	2.126	232	10,91	1.334,63
Cajuína	720	0,05	1.730	1.373	79,36	6.248,61
Algodão em pluma	134	0,02	554.755	498.030	89,77	2.552,24
Caroço de algodão	23	0	203.905	132.165	64,82	869,57
Geral						4.067,26

Fonte: Censo Agropecuário, 2017. Elaborada pelos autores.

Nas colunas da quantidade produzida e vendida para o Censo de 2017 (Tabela 5), o produto que obteve maior porcentagem de venda em relação ao total produzido foi couros e peles, em que foi vendido 95% de tudo que foi produzido deste produto. O segundo produto com maior porcentagem de venda foi carvão vegetal, com 92%, sendo que já era o produto mais produzido. No Censo de 1995/96, havia outro cenário, com dois produtos que não aparecem na lista de 2017, em primeiro lugar era o azeite de dendê com 97,48%, e, em segundo álcool de cana-de-açúcar com 96,26%.

Provavelmente, as indústrias comerciais de grande escala devem ter aumentado o *market share* e as agroindústrias familiares reduzido.

7 Contribuição Econômica das Agroindústrias Rurais

O valor médio da contribuição da receita monetária para o Brasil, com base no Censo Agropecuário de 2017, foi de R\$ 4.067,43, sendo que 8 dos 29 produtos possuíam valor superior ao valor médio. O produto com maior valor de contribuição monetária foi aguardente de cana, com o valor de R\$ 18.337,16 (Tabela 5). Esse valor se deve, principalmente, pelo alto valor de venda, pois é baixo o número de estabelecimentos produtores de aguardente no Brasil, pouco mais de 10.000 estabelecimentos e menos de 1% do total de estabelecimentos existentes no Brasil. A partir da década de 80, de acordo Calbino, De Brito e Da Glória Brito, (2022, p. 771) “o uso do discurso de uma cachaça [aguardente] dita de qualidade para um público mais requintado foi atrelado às associações com cidades históricas, festivais gastronômicos, indicando uma ideia de continuidade, porém em um passado repleto de desencaixes”. Nesta estratégia, ao longo da cadeia produtiva da cachaça houve melhorias tecnológicas no controle da qualidade e nos rótulos das garrafas, bem como mudanças na forma de se consumir e apresentar a bebida no meio de comunicação. Por outro lado, ainda existe um passado associado aos aspectos negativos e pejorativos.

O segundo produto em termos de contribuição monetária foi a madeira, que também ultrapassou R\$ 18.000,00, devido ao alto valor de venda do produto, entretanto está presente numa parcela muito pequena dos estabelecimentos, menos de 0,20%. O produto com maior volume financeiro foi o queijo e requeijão com o valor de venda de R\$ 2.811.499.000,00. Entretanto, como possui muitos estabelecimentos, sua contribuição monetária é muito menor que os demais produtos, por outro lado, tem importante impacto social no meio rural.

Fernandes Filho e Campos (2003) encontrou uma contribuição da receita monetária no Censo Agropecuário de 1995/96, corrigido para setembro de 2017, de R\$ 1.828,86 (Tabela 4). Os produtos com maiores contribuições foram aguardente (R\$ 1.793,89), fumo em rolo ou corda (R\$ 1.029,96) e álcool de cana-de-açúcar (R\$ 906,52). Os autores concluem que os produtos com maiores contribuições são os produtos com maior porcentual destinado ao mercado. Este comportamento também foi observado no Censo Agropecuário de 2017.

A Tabela 6 apresenta a receita monetária média de alguns produtos agrícolas, do leite e dos produtos transformados pela agricultura familiar do Censos Agropecuários de 1995/96 e 2017. Destaca-se a importância da contribuição média dos produtos da agroindústria para os produtos familiares, sendo que receita é maior do que a dos principais produtos agrícolas - feijão, mandioca e milho-, entretanto menor que o leite, nos dois períodos, e o arroz em 2017.

Tabela 6 – Receita monetária média de alguns produtos agrícolas, do leite e dos produtos transformados pela agricultura familiar do Censos Agropecuários de 1995/96 e 2017

Produto	Receita média (R\$)	
	1996 ¹	2017
Arroz	1.448,45	5.931.21
Feijão	861,99	1.317.50
Mandioca	1.004,50	1.756.09
Milho	1.407,02	1.808.42
Leite	11.501,74	18.623.66
Média agrícola	2.200,77	4.048,88
Média transformados	1.828,86	4.067,26

¹ Valores corrigidos para setembro 2017 pelo INPC.

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 e em Fernandes Filho e Campos (2003). Elaborada pelos autores.

Os benefícios financeiros somam-se aos benefícios sociais, como a geração de postos de trabalho para a família e para comunidade local. Além disso, a diminuição da sazonalidade de receitas na propriedade rural que tem grande importância estratégica para a estabilização e manutenção das famílias rurais. Pode-se adicionar a contribuição da agroindústria rural para aumentar os patamares de sustentabilidade ambiental das propriedades (SCHINAIDER e TALAMINI, 2019; PASSINI, 2020; SANTOS, GUARNIERI e FILIPPI, 2023).

8 Conclusões

O objetivo desse artigo foi de analisar a evolução da agroindústria rural familiar e no Brasil, principalmente, do ponto vista econômico por meio dos dados disponíveis dos Censos Agropecuários 2006 e 2017. Além disso, foram levantamentos e analisados vários programas estaduais e nacionais de desenvolvimento da agroindústria rural.

Os programas de desenvolvimento da agroindústria rural mostraram que tanto no âmbito federal quanto nas unidades federativas houve importante esforço em promover iniciativas para apoiar essa estratégia produtiva e promoção da agricultura familiar. Eles tiveram desenhos diferentes focando vários tipos de ações, principalmente crédito, assistência técnica, capacitação, mudanças de legislação, canais de comercialização entre outros mecanismos para dinamizar o desenvolvimento da agroindústria rural, tanto direcionados para as novas unidades como para aprimorar os que estavam em funcionamento.

O número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural no Brasil de 1996 a 2006 reduziu 21,5%, e apresentou leve redução entre 2006 e 2017. Nesse último período, proporção de agroindústria rural eram em torno de 17% em relação ao total dos estabelecimentos agropecuários. A contração da agroindústrias foi liderada pela redução da produção e do número de estabelecimento que produziam farinha de mandioca e queijo e requeijão, respectivamente, esses produtos foram afetados pela queda no consumo e pelas altas exigências de regulamentação. Além disso, podemos destacar que as políticas públicas locais e nacional não foram efetivas ou suficientes para conter essa contração, entretanto sem eles poderia ter havido grande contração dessas agroindústrias.

A contribuição média da receita monetária dos produtos transformados é uma colaboração decisiva na composição da renda da agricultura familiar. Essa atividade tem potencial de promover a cooperação entre membros da família e entre as famílias, bem como outros produtores rurais, por meio da compra de matéria-prima. Portanto, processo de industrialização da produção agrícola e pecuária é um componente importante para as estratégias de desenvolvimento da agricultura familiar e do desenvolvimento territorial rural. Além disso, pode contribuir na manutenção da cultura e tradições das comunidades ao valorizar produtos historicamente produzidos pelas famílias.

O processo de transformação e comercialização dos produtos da agropecuária nos estabelecimentos rurais familiares exigem o desenvolvimento de conhecimentos e treinamentos especializados, bem como de outros aspectos relacionados ao ambiente institucional favorável, tais como, disponibilidade de crédito e adequação das regras para este tipo de indústria. A promoção de políticas públicas direcionadas à agroindústria rural é importante para aumentar as opções de diversificação e redução da sazonalidade da renda dos agricultores familiares, produzindo efeitos na melhoria de vidas dessas famílias.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Odete. Agroindústria familiar no Nordeste: Limites do financiamento no Pronaf-Agroindústria. **Informe Rural Etene**, v.8, n. 1, 2014.

AMORIM, Luci.S.B.; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Desenvolvimento territorial rural: a agroindústria familiar no oeste do Paraná. **Revista de Economia Agrícola**. V. 55, n. 1, p. 15-29, 2008.

ANES, Carlos Eduardo Ruschel; DEPONTI, Cidonea Machado; AREND, Silvio Cezar. As racionalidades instrumental e substantiva na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na região das Missões. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 2, 2018. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v14i2.3587>

BESEN, Fabíola Graciele et al. Agricultura familiar e reprodução social: análise socioeconômica de um grupo de agroindústrias familiares rurais do oeste do Paraná. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 52, n. 1, p. 163-183, 2021.

CALBINO, Daniel; DE BRITO, Mozar José; DA GLÓRIA BRITO, Valéria. Tradição em disputa: A cachaça artesanal no cenário mineiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, p. 750-776, 2021. <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-10>

COELHO, Jackson Dantas. Produção de mandioca – raiz, farinha e fécula. **Caderno Setorial Etene**, n. 3, n. 44, 2018.

CONTERATO, Marcelo Antonio; STRATE, Mirian Fabiane Dickel. Práticas de agroindustrialização e arranjos produtivos locais como estratégia de diversificar e fortalecer a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **REDES: Revista do**

Desenvolvimento Regional, v. 24, n. 1, p. 227-245, 2019. <https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.13052>

CRUZ, Fabiana Thomé da. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.190965>

DA SILVA, Girliany Santos; AMARANTE, Patrícia Araújo; AMARANTE, José Carlos Araújo. Agricultural clusters and poverty in municipalities in the Northeast Region of Brazil: A spatial perspective. **Journal of Rural Studies**, v. 92, p. 189-205, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2022.03.024>

DAMKE, Luana Inês et al. Políticas públicas para agroindústrias familiares e o desenvolvimento regional. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 2, p. 418-439, 2019. <https://doi.org/10.36920/esa-v27n2-9>

DE AQUINO, Joacir Rufino; DO NASCIMENTO, Carlos Alves. A grande seca e as fontes de ocupação e renda das famílias rurais no Nordeste do Brasil (2011-2015). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, n. 2, p. 81-97, 2020. <https://doi.org/10.61673/ren.2020.1090>

DORIGON, Clóvis; RENK, Arlene. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. **Revista de Economia Agrícola**, v. 58, n. 1, p. 101-113, 2011.

DOS SANTOS, Renato Rocha; GUARNIERI, Patricia. Social gains for artisanal agroindustrial producers induced by cooperation and collaboration in agri-food supply chain. **Social Responsibility Journal**, v. 17, n. 8, p. 1131-1149, 2021. <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/SRJ-09-2019-0323/full/html#:~:text=https%3A//doi.org/10.1108/SRJ%2D09%2D2019%2D0323>

ESAU, Carlos; DEPONTI, Cidonea Machado. Tomada de decisão pela diversificação: uma alternativa para agricultura familiar na microrregião de Santa Cruz do Sul/RS. **DRd-Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 10, p. 439-460, 2020. <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2749>

ESTANISLAU, Patricia; GOEBEL, Marcio, STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo Staduto; KRETER, Ana Cecília. Distribuição espacial das mulheres na direção dos estabelecimentos agropecuários no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n.3, 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.222800>

ETGES, Virginia Elisabeta; KARNOPP, Erica. A agroindústria familiar no contexto do sistema agrário colonial no Sul do Brasil. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 1, p. 268-283, 2020. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i1.14255>

FELIPE, Fábio Isaías. Mandioca: desafios no campo são repassados a indústrias de fécula e farinha. Piracicaba, CEPEA, 2022. <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opiniao-cepea/mandioca-desafios-no-campo-sao-repassados-a-industrias-de-fecula-e-farinha.aspx>

FERNANDES FILHO, José; CAMPOS, Flávia Resende. A indústria rural no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 41, n. 4, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032003000400007>

FOGUESATTO, Cristian Rogério; MACHADO, João Armando Dessimon. D. O processo decisório na criação de unidades que agregam valor à produção agropecuária: as agroindústrias familiares. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 39, p. 301-319, 2017. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.39.301-319>

FREITAS, Andre Marcelo Pereira; CORCIOLI, Graciella; DA CRUZ, Fabiana Thomé. Retrato das agroindústrias e dos programas governamentais de apoio à agroindústria familiar no Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 20, n. 2, p. 1-21, 2022. <https://doi.org/10.25070/rea.v20i2.14055>

FREITAS, Clailton Ataídes de; BACHA, Carlos José Caetano; FOSSATTI, Daniele Maria. Avaliação do desenvolvimento do setor agropecuário no Brasil: período de 1970 a 2000. **Economia e Sociedade**, v. 16, p. 111-124, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182007000100006>

GAZOLLA, Marcio; PELEGRINI, Gelson. Novos mercados da agricultura familiar: o caso das pequenas unidades agroindustriais produtoras de alimentos. In: SCHNEIDER, Sergio; GAZZOLA, Marcio. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: UFRGS, p. 133-150, 2011.

GAZOLLA, Marcio; NIEDERLE, Paulo André; WAQUIL, Paulo Dabdab. Agregação de Valor nas Agroindústrias Rurais: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 122, p. 241-262, 2012.

GOUVEIA, J. M. C.; ROSS, J. L. S. Renda per capita não monetária: Proposta metodológica aplicada à comunidade quilombola do Mandira. **Confins**, n.26, 2016. <https://doi.org/10.4000/confins.10689>

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há realmente de novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 19, n. 1, p. 37-67, 2002. <http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2002.v19.8795>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2017.

_____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2006.

KASMIN, Marco Aurélio; PASSINI, João José; BOICO, Débora Guerino. A importância da assistência técnica e extensão rural para agroindústrias familiares: o caso da

agroindústria de panificação no oeste do Paraná. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, v. 5, n. 1, p. 84-98, 2019. <https://doi.org/10.48075/gdemrevista.v5i1.21740>

KIYOTA, Norma et al. A agroindústria familiar e a produção de novidades no desenvolvimento rural: uma análise comparativa entre sul e nordeste do Brasil. In: SCHNEIDER, Sérgio.; MENEZES, Marilda; GOMES DA SILVA, Aldenor; BEZERRA, Islândia (Org.). **Sementes e brotos da Transição – inovação, poder e desenvolvimento em áreas do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, p. 71-90, 2014.

LOBÃO, Mario Sérgio Pedroza; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Perspectivas sobre o Desenvolvimento Rural Brasileiro: notas teóricas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 39, n. 135, p. 13-27, 2018.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, p. 338, 2005.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; AQUINO, Joacir Rufino de; DELGROSSI, Mauro Eduardo. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, p. e240128, 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.240128>

NASCIMENTO, Carlos.; STADUTO, Jefferson. Andronio Ramundo; MONTOVANI, Gabriela; SOUZA, Marcelino. A lei da agricultura familiar e a transitoriedade da pluriatividade no sul rural do Brasil. **Revista Análise Econômica**, prelo, 2023.

NICHELE, Fernanda Severo; WAQUIL, Paulo Dabdab. Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções. **Ciência Rural**, v. 41, p. 2230-2235, 2011. [10.1590/S0103-84782011001200030](https://doi.org/10.1590/S0103-84782011001200030)

OUMA, Stefan. Global standards, local realities: private agrifood governance and the restructuring of the Kenyan horticulture industry. **Economic geography**, v. 86, n. 2, p. 197-222, 2010. <https://doi.org/10.1111/j.1944-8287.2009.01065.x>

PASSINI, João José et al. **Agroindústria familiar, desenvolvimento rural e sustentabilidade**. 2020. 148f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2020.

PERONDI, Miguel Ângelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 237f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PREZOTTO, Leomar Luiz. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de ciências humanas**, n. 31, p. 133-153, 2002. <https://doi.org/10.5007/1982-6745.2002.31.133-153>

RAASCH, M.; SILVEIRA-MARTINS, E.; TONDOLO, V. A. G.; MOURA, G. L. de. Productive dynamic capability, environmental uncertainty, and organizational performance: An

analysis of micro and small-sized agroindustries in Southern Brazil. **Revista de Administração da UFSM**, v. 13, n. 5, p. 1068–1072, 2020. <https://doi.org/10.5902/1983465941355>

SANTOS, Renato Rocha Dias; GUARNIERI, Patrícia; FILIPPI, Amanda Cristina Gaban. Sustentabilidade e ganhos sociais para agroindústrias artesanais do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 1, 2023. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v19i1.6222>

SCHINAIDER, Alessandra Daiana; TALAMINI, Edson. Consciência ambiental versus atitudes pró-ambientais: uma avaliação de dois proprietários de agroindústrias familiares. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.15, n.3, 2019. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v15i3.4666>

SCHNEIDER, Sérgio. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v.16, n. 3, p. 14-34, 2007.

SOBCZUK, Daiane Aline Tomaz. **Estratégias de diversificação desenvolvidas por meio da agroindústria nas pequenas propriedades rurais**. Dissertação (Mestre em Administração), Toledo: Unioeste, 2022.

SOUZA, Mariana Augusta de. **A influência do ambiente institucional na configuração da cadeia de queijos artesanais no Paraná**. 2019. 195f. Dissertação (mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

SPANVELLO, Rosani Marisa et al. Agroindústrias rurais familiares (ARFs) como estratégia de reprodução socioeconômica da agricultura familiar nos municípios de Santo Augusto e Campo Novo-RS. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 24, n. 3, p. 198-216, 2019. <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14125>

José Passini. Dr. Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná. Pesquisador. E-mail: jjpassini@hotmail.com

Jefferson Staduto. Dr. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professor. E-mail: jstaduto@yahoo.com.br

Flávio Rocha. Dr. *Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento*. Economista. E-mail: rochaf1@hotmail.com

Ana Kreter. Dra. Instituto de Economia Aplicada Pesquisadora. E-mail: ana.kreter@ipea.gov.br

Submetido em: 04/05/2023

Aprovado em: 05/04/2024



CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): João Passini, Jefferson Staduto

Curadoria de Dados (Data curation): Flávio Rocha

Análise Formal (Formal analysis): João Passini, Flávio Rocha, Jefferson Staduto, Ana Kreter

Obtenção de Financiamento (Funding acquisition): não se aplica

Investigação/Pesquisa (Investigation): João Passini

Metodologia (Methodology): João Passini e Flávio Rocha

Administração do Projeto (Project administration): João Passini

Recursos (Resources): não se aplica

Software: não se aplica

Supervisão/orientação (Supervision): Jefferson Staduto

Validação (Validation): não se aplica

Visualização (Visualization): não se aplica

Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): João Passini, Jefferson Staduto

Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing). Ana Kreter, Jefferson Staduto

Fontes de financiamento: não se aplica